



O SURGIMENTO DO CONCEITO DE ESTATÍSTICA NO CONTEXTO DO PRIMEIRO RECENSEAMENTO DO TERRITÓRIO DO BRASIL (1851-1872)

THE EMERGENCE OF THE CONCEPT OF STATISTICS IN THE CONTEXT OF THE FIRST CENSUS OF THE TERRITORY OF BRAZIL (1851-1872)

BRUNA DE ALENCAR CARVALHO¹
ANA MARIA ALFONSO-GOLDFARB²

Resumo

Programado para ocorrer em 1852, conforme a previsão do Decreto nº 797, de 18 de junho de 1851, e suspenso em razão de uma série de contingências sociais relacionadas às chamadas “Revoltas do Registro”, o primeiro recenseamento geral do território do Brasil passou por um hiato de vinte anos até sua efetiva realização em 1º de agosto de 1872. Dentro dessa janela temporal, a hipótese a ser verificada é de que uma nova ideia de estatística permeou o projeto de recenseamento.

Palavras-Chave: História da Ciência. História da Estatística. Contagem Populacional. Censo de 1872. Censo Imperial.

Abstract

Scheduled to take place in 1852, as predicted in Decree nº 797, of June 18, 1851, and suspended due to a series of social contingencies related to the so-called “Revolts of the Registry”, the first general census of the territory of Brazil went through a twenty-year hiatus until its effective completion on August 1, 1872. Within this gap of time, the hypothesis to be verified is that a new idea of statistics permeated the census project.

Keywords: History of Science. History of Statistics. Population Count. 1872 Census. Imperial Census.

1 Introdução

¹ Pesquisadora interdisciplinar. Bolsista CNPq. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em História da Ciência (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP). Especialista em Direito Econômico e Desenvolvimento (Universidade de São Paulo - USP). Graduada em Direito pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Advogada. Pesquisadora vinculada à biblioteca digital CESIMA - Centro Simão Mathias de Estudos em História da Ciência junto à Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP). Pesquisadora colaboradora - Laboratório de História das Ciências da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: brunaalencarcarv@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1685-1163>.

² Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência/ PUC-SP que ajudou a criar e do qual foi coordenadora durante várias gestões. Possui formação inicial em Física (UFSCar), Mestrado em Filosofia e História da Ciência (McGill Univ. Canadá), Doutorado em História (com tese em História da Ciência - USP), Pós-doutorados e estágios de pesquisa e trabalho em centros europeus e americanos, sendo, desde 2005, Honorary Research Fellow do University College London. Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência/ PUC-SP que ajudou a criar e do qual foi coordenadora durante várias gestões. Possui formação inicial em Física (UFSCar), Mestrado em Filosofia e História da Ciência (McGill Univ. Canadá), Doutorado em História (com tese em História da Ciência - USP), Pós-doutorados e estágios de pesquisa e trabalho em centros europeus e americanos, sendo, desde 2005, Honorary Research Fellow do University College London. E-mail: anaagol@pucsp.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5045-8736>.



Designado originalmente para ocorrer em 1852, conforme previa o Decreto nº 797, de 18 de junho de 1851, o primeiro recenseamento geral do território do Brasil foi interrompido por uma série de contingências sociais associadas às chamadas “Revoltas do Registro” e só veio a ser realizado efetivamente em 1º de agosto de 1872, após um hiato de vinte anos. Dentro desse intervalo temporal, esta pesquisa documental permite constatar que uma nova concepção de estatística passou a influenciar o projeto censitário, constituindo a hipótese central aqui sustentada.

Embora a ideia de estatística já estivesse presente no Brasil antes da segunda metade do século XIX, ela não se encontrava, naquele momento, vinculada aos procedimentos censitários. O século XIX, entretanto, foi marcado pela difusão de ideais estatísticos, pelo aumento de publicações sobre o tema e pela crescente popularização do termo, cenário que deve ser considerado para compreender de que forma esse vocabulário e seus sentidos chegaram a influenciar o primeiro censo nacional. Como se verificará, o conceito de estatística não esteve presente na formulação do recenseamento de 1851, interrompido no ano seguinte e retomado apenas em 1870.

Como as primeiras propostas de uma contagem censitária em nível nacional no Brasil derivavam de práticas anteriores voltadas a levantamentos populacionais³, o que se pretende averiguar é como o conceito de estatística – originário da Europa – se imiscuiu nos momentos preparatórios para o primeiro censo nacional, o Censo de 1872, conhecido como a primeira operação oficial e geral de contagem do território do Brasil.

O objetivo deste artigo, portanto, é investigar como o conceito europeu de estatística foi incorporado aos preparativos do Censo de 1872, reconhecido como a primeira operação oficial e geral de contagem da população brasileira. Ao contextualizar esse processo, pretende-se esclarecer os entraves administrativos e políticos enfrentados desde a década de 1850 até a efetiva realização do censo, bem como a posterior assimilação do termo “estatística” nos anos 1870.

³ Mesmo que a primeira contagem geral da população em território brasileiro só tenha ocorrido em 1872, já no período colonial tais números eram levantados localmente por meio de listas paroquiais elaboradas por clérigos ou a mando da Coroa. Para uma visão mais aprofundada, ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, p. 13-20, 2004.



2 A Documentação Sobre o Período Investigado (1851-1872)

Entre 1851 e 1872, o *Império do Brasil* reconheceu a necessidade de realizar um recenseamento em escala nacional. A primeira tentativa, iniciada em 1851, fracassou e só seria retomada duas décadas depois, com a efetivação do censo de 1872.

Esse panorama pode ser observado documentalmente a partir do teor do *Decreto n° 797, de 18 de junho de 1851*, que previa a preparação e a coleta de dados relativos à população do território brasileiro. No entanto, os preparativos para o recenseamento foram logo interrompidos pelo *Decreto n° 907, de 29 de janeiro de 1852*, que suspendeu a execução da norma anterior. Tal suspensão revela um recuo administrativo e político motivado por tensões sociais que se intensificaram naquele momento.

A principal causa dessa interrupção está relacionada a uma série de levantes populares conhecidos como as “Revoltas do Registro”⁴, conforme é amplamente reconhecido pela historiografia especializada. Esses movimentos ocorreram como resposta direta ao Decreto n° 798, publicado na mesma data que o Decreto n° 797, em 18 de junho de 1851. Enquanto o primeiro instituiu o recenseamento populacional, o segundo alterava profundamente o sistema de registros civis, transferindo a responsabilidade pelos registros de nascimento e óbito das paróquias para juízes de paz distritais, ou seja, do âmbito eclesiástico para o controle estatal.

Essa reconfiguração no sistema de registros gerou intenso temor entre as camadas populares e libertas, especialmente entre a população negra. A principal preocupação residia na possibilidade de que, ao perderem o vínculo documental com as paróquias – onde eram registrados como livres –, muitos indivíduos pudessem ser alvo de arbitrariedades, como a rescravização de ex-cativos ou mesmo pessoas livres pobres⁵. Como é sabido atualmente, esse temor não foi infundado, visto que a partir de 1850 intensificaram-se capturas e práticas ilegais contra a população de origem africana⁶.

⁴ Embora essa revolta seja conhecida por nomes como “Ronco da Abelha”, “Marimbondos” ou “Pau D’Alho”, estudiosos do censo apontam que a primeira tentativa nacional de contagem não se concretizou por resistência popular às mudanças no registro. Ver: FERREIRA DE OLIVEIRA, Maria Luiza. O ronco da abelha: resistência popular e conflito na consolidação do Estado nacional, 1851-1852. Almanack Braziliense, n. 1, p. 120-127, 2005. Ver também: SENRA, Nelson. História das estatísticas brasileiras: estatísticas desejadas (1822 – c. 1889). Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v. 1. p. 147-161.

⁵ FERREIRA DE OLIVEIRA, op. cit.

⁶ FERREIRA DE OLIVEIRA, op. cit., p. 120-127; DE SOUZA, Arthur Danilo Castelo Branco. De cativo a cativo: práticas ilegais do tráfico interprovincial de escravos em Pernambuco (1850-1880). Clio: Revista de Pesquisa Histórica, Recife, v. 37, n. 2, p. 96-114, 2019.



Embora concebidos como medidas administrativas voltadas à modernização do controle populacional, os decretos de 1851 acabaram por tocar em estruturas sensíveis de poder, identidade e sobrevivência, o que gerou forte resistência social. Tal reação resultou no adiamento do primeiro recenseamento nacional, que somente viria a ocorrer em 1872, sob outro contexto político e com novos referenciais vinculados à ideia de estatística.

Como desdobramento desse conflito, os decretos originais foram suspensos, abrindo-se uma janela de vinte anos durante a qual o projeto censitário passou a incorporar noções estatísticas. Prova disso é que no texto do Decreto nº 797 — o que instituiu o censo que não chegou a ser realizado — não há qualquer menção ao termo “estatística”.

Como se verá, apenas com a promulgação da *Lei nº 1.829, de 9 de setembro de 1870*, que retomou os preparativos para o censo, a estatística passou a figurar expressamente como fundamento da operação. Essa lei determinou a criação da Directoria Geral de Estatística (DGE), órgão encarregado de coordenar o recenseamento, indicando que esse saber não mais ocupava um lugar acessório, mas sim estruturava todo o processo censitário.

Na sequência, o *Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871*, regulamentou de forma mais detalhada a DGE, tratando de suas incumbências, composição, atribuições e das atividades estatísticas relacionadas ao censo previsto para o ano seguinte. A partir desse momento, a estatística surge associada à formação de um corpo burocrático especializado.

Por fim, o *Decreto nº 4.856, de 30 de dezembro de 1871*, determinou a realização do primeiro censo do Império, fixando sua data no artigo 1º: “O primeiro recenseamento da população será feito simultaneamente, em todo o território do Império, no dia 1º de Agosto de 1872”, disposição que efetivamente se concretizou.

Diante desse conjunto documental, o objetivo passa a ser investigar quais concepções de estatística estavam em circulação no interior do aparato administrativo-burocrático do Império do Brasil e de que modo essas ideias permearam a elaboração e a execução do Censo de 1872 — a primeira contagem populacional direta e extensiva do país.

3 A Estatística no Brasil da Primeira Metade do Século XIX

Herdeiro de uma estrutura político-administrativa colonial que, em muitos aspectos, seria reconfigurada com a chegada da corte portuguesa⁷ e, posteriormente, com a

⁷ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. São Paulo: Alameda



Independência, o Império do Brasil incorporou diversas práticas do regime português bragantino, conforme reconhecido de forma consensual na literatura especializada⁸. A ideia de estatística, no entanto, parece constituir uma exceção a esse legado institucional, uma vez que sua formalização legislativa só viria a ocorrer em 1870, por meio da já mencionada Lei nº 1.829.

Nessa senda, em que pese a existência de interpretações, em estudos de 2017⁹, que advoguem pela existência de uma estatística própria de uma tradição luso-brasileira, não parece que isso seja o bastante para configurar uma tradição estatística, como se irá elucidar.

Durante o período do oitocentos, o território do Brasil passou, gradativamente, a ser conhecido de maneira mais abrangente interna e externamente. Pode-se afirmar então que se trata de um século de curiosidade acerca do território brasileiro¹⁰, contexto no qual se situa a produção e boa parte da recepção dos chamados ‘almanaques’, publicações periódicas que apresentavam um compilado de informações diversas sobre o mundo, as sociedades e os aspectos locais¹¹.

Um dos primeiros registros desse gênero no Brasil é, o *Almanach do Rio de Janeiro para ao anno de 1816* parece ter aberto as portas a esse gênero. Nas décadas seguintes, mais almanaques surgiram¹². Nesses almanaques, as informações eram apresentadas, muitas vezes, por meio de tabelas ou grandes listagens, tendo-se notícia, inclusive, do aparecimento da palavra estatística nos almanaques a partir da segunda metade do XIX, conforme pesquisas de Dirceu Magri¹³.

Editorial, 2005. p. 7-150.

⁸ CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). A construção nacional: 1830-1889. São Paulo: Objetiva, 2012. v. 2, p. 37-79; CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem e teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020; MATTOS, Ilmar Rohloff de. Tempo Saquarema. São Paulo: Hucitec, 1987. p. 258.

⁹ SANTOS, Júlio Cesar Paixão. A circulação de ideias de estatística no Segundo Reinado: periodismo, discurso científico e ciência biomédica no Rio de Janeiro (c. 1840-1870). 2017. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017. p. 29.

¹⁰ O oitocentos é o século no qual os viajantes naturalistas europeus começam a ser autorizados a entrar no Brasil. Vieram ao Brasil na primeira metade do século XIX nomes como Johann Baptist von Spix (1781-1826); Carl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868), dentre outros.

¹¹ MAGRI, Dirceu. De almanach a almanak: um olhar sobre dois importantes almanaques. *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 46, p. 230-258, 2021.

¹² MAGRI, op. cit.

¹³ MAGRI, op. cit., p.241-251. Consta, em 1883, impressão de *Almanak Administrativo e Industrial do Imperio do Brazil* e com o seguinte subtítulo “Obra Estatística e de Consulta, Abrangendo Todas as Provincias do Imperio”, Acredita-se, portanto, que haja espaço para quem queira pesquisar sobre como a estatística aparece nos almanaques.

Além disso, ainda é possível perceber que ao longo do período avolumam-se os estudos e levantamentos de natureza descritivo-numérica a respeito do Brasil¹⁴. Esse parece ser o caso de “A Estatística Histórica-Geográfica da Província do Maranhão”, de 30 de março de 1822, elaborada por Antonio Bernardino Pereira do Lago (1777-1847), que assina como “Coronel do Corpo d’Engenheiros, em comissão na mesma Província”¹⁵.

Sobre Pereira Lago, lusitano em passagem pelo Brasil, pouco se sabe. Era um indivíduo de trânsito facilitado, grande curiosidade intelectual e com gosto por narrar suas impressões sobre os lugares que visitava¹⁶. Sua obra, impressa na tipografia “da academia real das sciencias”, em Lisboa, alguns meses antes da Independência e endereçada ao “soberano congresso das cortes geraes, extraordinárias, constituintes da monarchia portugueza”, apresentou, como justificava, o ânimo de colaborar com a “administração geral” da “Nação Portugueza”¹⁷.

Observa-se, portanto, que Pereira Lago, ao longo de toda a obra evocou a abundância de natureza e riquezas do território brasileiro à disposição da Coroa, atentando, a partir de sua enumeração, para a imensidão de riquezas a serem administradas. É nesse contexto que a estatística é apresentada por Pereira Lago: uma ciência relacionada à análise dos “factos geraes” da economia política a partir da observação dos “factos particulares” e sem recorrer ao “cálculo de probabilidades”¹⁸.

Para o autor, a estatística deveria servir à administração pública, como instrumento para alcançar a prosperidade. Já em sua introdução, defende que o saber estatístico não se reduza ao cálculo, mas produza uma “certeza moral” capaz de orientar o administrador sobre tudo o que existe¹⁹. É, portanto, enquanto instrumento de governo que a estatística aparecia na

¹⁴ Nesse período, elaboraram-se muitos mapas relacionados aos mapas geográficos, e outros estudos descritivos que apresentavam memórias geográficas, histórias, políticas e econômicas das localidades. Para mais detalhes, ver: Fundação Biblioteca Nacional. Cartografia. Disponível em: <<https://antigo.bn.gov.br/explore/acervos/cartografia>>. Acesso em: 2 jul. 2025.

¹⁵ LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Estatística historica-geografica da provincia do Maranhão: oferecida ao soberano congresso das cortes geraes, extraordinarias, e constituintes da monarchia portugueza*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1822. p. 1.

¹⁶ CASTANHEIRA, Maria Zulmira. Exílio e escrita de viagem ao tempo do liberalismo. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, Lisboa, n. 29, p. 183-215, 2020. p. 187.

¹⁷ LAGO, op. cit., p. 1-4.

¹⁸ LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Estatística historica-geografica da provincia do Maranhão: oferecida ao soberano congresso das cortes geraes, extraordinarias, e constituintes da monarchia portugueza*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1822. p. 7.

¹⁹ LAGO, op. cit., p. 7.



primeira metade do século XIX, sendo comum ainda encontrar o termo relacionado à geografia, ao comércio exterior, a interesses econômico-políticos e afins.

Nessa direção, a Collecção de Mappas Estaticos do Commercio e Navegação do Imperio do Brasil no Anno Financeiro de 1841-1842²⁰ ajuda a ilustrar esse fato. Editada e publicada pela Typographia Nacional no Rio de Janeiro, em 1848, essa coleção de mapas²¹, de autoria da Alfândega do Rio de Janeiro²², foi elaborada pela chamada “Sala Comissão de Estatística do Thesouro Público Nacional”, dirigida por Eusebio Severino Correa Lobão²³.

Note-se que tais tabelas e listas são de interesse estatal dada a sua relevância para o tesouro nacional que, a seu modo, buscava fazer um balanço de importações e exportações, atentando para os gêneros dos produtos, volume, incidência de taxas e afins com o intuito de controlar transações financeiro-comerciais, como exemplo, tem-se o “Resumo do valor da importação de mercadorias estrangeiras com carta de guia, demonstrado por classe de mercadorias, no anno financeiro de 1841 a 1842”²⁴.

Vale destacar que os mapas gerais foram elaborados a partir de outros mapas – ou dito de outro modo: a partir de outras listagens – fornecidos pelas Alfândegas das províncias e, na ausência de elaboração por alguma das províncias das relações numérico necessárias, os números inclusos nos mapas gerais eram equiparados a outros documentos locais semelhantes, como documentos que permitiam o controle de mercadorias²⁵. Interessante perceber também que os muitos mapas apresentados constam quase sempre com observações

²⁰ Para verificação, ver: Brasil. Ministério da Fazenda. Biblioteca do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro. *Memória Estatística do Brasil*. Disponível em: <<http://memoria.org.br/>>. Acesso em: 2 jul. 2025. As coleções estão disponíveis digitalmente para vários biênios. Escolheu-se o de 1841-1842 por ser o mais antigo disponível. Vide: ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO. *Collecção de Mappas Estaticos do Commercio e Navegação do Imperio do Brasil no anno financeiro de 1841-1842*.

²¹ Cabe, de pronto, esclarecer que os referidos mapas estatísticos de comércio e navegação não são mapas, se tomados a partir do sentido cartográfico contemporâneo. Esses mapas, na verdade, são descrições numéricas feitas por meio de tabelas ou listas e organizadas segundo princípios e práticas numérico-contábeis.

²² É importante esclarecer que a paginação da obra é irregular. No site, consta o aviso de que se trata de obra deteriorada que, posteriormente, foi recuperada por restauração. Dessa forma, serão feitas as devidas referências às páginas digitalizadas na ordem que aparecem.

²³ Não foram encontradas mais informações sobre a referida comissão e seu diretor, que aparecem citados em observação de roda-pé no final de todas as tabelas apresentadas.

²⁴ ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO. *Collecção de Mappas Estaticos do Commercio e Navegação do Imperio do Brasil no anno financeiro de 1841-1842*. *Memória Estatística do Brasil*. Biblioteca do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro, 4.

²⁵ ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO. *Collecção de Mappas Estaticos do Commercio e Navegação do Imperio do Brasil no anno financeiro de 1841-1842*. *Memória Estatística do Brasil*. Biblioteca do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro, 6.



no rodapé, após a apresentação da relação acerca das imperfeições ou possíveis erros de contagem dada a falta de outras quantificações necessárias²⁶.

Nesses termos, as estatísticas apresentadas nessas coleções, na verdade, possuem natureza de contabilidade pública, tendo tais procedimentos contábeis sido fruto de operações matemáticas que até podem ser simples, mas eram dificultadas pelos problemas relacionados às tabelas fornecidas ou até mesmo erros humanos ligados à operacionalização com grandes números.

Outro aspecto que chama a atenção é o reconhecimento dos problemas relacionados aos números e, por conseguinte, às estatísticas apresentadas, sem que se entenda tais circunstâncias como desabonadoras dos levantamentos feitos. Assim, o interesse na produção das estatísticas parece residir mais em sua existência do que no intuito de que sejam fidedignas, representativas.

Os estudos descritivos produzidos à época eram bastante diversos, abrangendo desde informações sobre as características físicas do território até dados relacionados às atividades comerciais, mercantis e industriais. Tratava-se de levantamentos voltados a quantificar tudo o que pudesse ser contado, com o objetivo de atrair o interesse e a atenção do Estado. Tome-se como exemplo o caso do *Atlas Imperial de 1868*, elaborado pelos alunos do *Collegio de Pedro II* e organizado por Candido Mendes de Almeida (1818-1881)²⁷. O material procurou caracterizar o território brasileiro a partir da justificativa de que o conhecimento da estatística, assim como da geografia, seria basilar ao estadista²⁸.

Em seguida, o que consta é uma compilação de informações retiradas de outros trabalhos locais e regionais ligados às divisões “administrativas, eleitorais, eclesiásticas e judiciárias” nacionais, assim como mapas que relacionam o território do Brasil com o mundo, países vizinhos e suas próprias divisões internas²⁹.

Diante disso, vale ressaltar que tais tabelas e listas eram muito importantes para os estadistas pois apresentavam uma contagem geral a ser usada para decisões de Estado.

²⁶ Veja o caso do mapa nº 3 “Quadro Recapitulativo dos Resultados do Commercio de Cabotagem de Humas para Outras Provincias do Imperio do Brasil, no anno financeiro de 1841-1842” no qual os mapas de produtos de exportação não continham o valor das mercadorias. Assim, para possibilitar o cálculo, atribuiu-se às mercadorias exportadas o mesmo preço das mercadorias importadas. ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO. Collecção de Mappas Estatisticos, op.cit., 25.

²⁷ Para mais detalhes sobre suas produções, veja SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. A coragem de ser só: Cândido Mendes de Almeida, o arauto do ultramontanismo no Brasil. Almanack, p. 59-80, 2014.

²⁸ ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO. Collecção de Mappas Estatisticos, op. Cit., p. 7.

²⁹ ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO. Collecção de Mappas Estatisticos, op. Cit., p.7-8.



Seriam, portanto, como instrumento contábil, mas não chegavam a trabalhar propriamente com a matemática de populações, já que esta demandaria o uso do cálculo de probabilidades, que ainda não era amplamente aceito no período³⁰.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada: Um Ilustre Estadista a Tratar da Estatística

Como se defende aqui, desde a primeira metade do XIX, a estatística aparece como vinculada à administração de recursos e aos governos, sendo mencionada, algumas vezes literalmente, como *estadística*, sendo inclusive o que se pode constatar a partir da obra *Memória Sobre a Estatística ou Análise dos Verdadeiros Princípios Desta Ciência e sua Aplicação à Riqueza, Artes e Poder do Brasil*³¹, obra de destaque tanto pelo prestígio de seu autor, quanto por demonstrar sua visão sobre o grande desenvolvimento da estatística no período.

Escrita por Martim Francisco Ribeiro de Andrada (1775-1844), por volta de 1820³², o trabalho busca definir o conhecimento estatístico, bem como apresentar diretrizes para sua aplicação. Figura eminente, Martim Francisco estava inserido em uma teia de estudos tanto sobre a natureza, quanto sobre política³³. Em “Memória Sobre a Estatística”, o autor dividiu em cinco capítulos uma dissertação elucidativa sobre estatística³⁴.

Dessa Memória, destaca-se o capítulo III, sob o título “Distinção Entre a Estatística, a Economia e Aritmética Política. Rigorosa Distinção da Primeira, e Objetos em que se Divide”, onde o autor atentou para as particularidades do momento, e fez considerações sobre a falta de demarcação rigorosa entre estatística e economia – economia política -, o que teria levado, na França, as matérias administrativas ao caos³⁵.

³⁰ Veja-se o caso de Marshall, economista do século XIX que apresentava resistência ao uso e desenvolvimento da estatística e da matemática em economia, como estudado por MORICI, Riccardo Vanni. Os diagramas da demanda de Alfred Marshall e a estatística, 2019.

³¹ VARELA, Alex Gonçalves. Um manuscrito inédito do naturalista e político Martim Francisco Ribeiro de Andrada. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 973-990, 2007.

³² Segundo o estudioso que disponibiliza o manuscrito, na falta da data, acredita que a obra apresente características do autor por volta desse período. VARELA, op. cit., p. 974.

³³ Irmão mais novo de José Bonifácio Ribeiro de Andrada, Martim Francisco iniciou sua carreira como naturalista, mas, a partir de 1820, ingressou na vida política, chegando a ocupar altos cargos públicos relacionados às pautas financeiras, econômicas e de administração dos negócios da Fazenda. Para uma visão mais ampla sobre Martim Francisco, ver VARELA, op. cit., p. 974..

³⁴ Considerando que o manuscrito não possui paginação numerada, se irá fazer referência às páginas na ordem em que aparecem, após o texto introdutório de VARELA, op. cit., p. 1-2.

³⁵ O autor tece crítica aos economistas que, no período, parecem estar em uma revisão teórico-metodologia que o incomoda, o que “à exceção de suas boas intenções, terminou em um verdadeiro caos a ciência de administração,



Logo, para Martim Francisco, embora a economia e a estatística mantivessem uma feliz associação, era preciso reconhecer que “cada uma tem seus limites, e seu objetivo fixo”³⁶. Segundo o autor, em suma, enquanto a economia teria seus corolários próprios decorrentes de verdades ou princípios de administração, a estatística seria o conhecimento primeiro a ser formado por meio da coleta e análise de tais fatos.

Ainda na referida obra, Martim Francisco trata da necessidade de obtenção de estatísticas diversificadas sobre território nacional e reconhece a dificuldade da empreitada em razão das dimensões. Para tanto, seria necessário o trabalho de várias pessoas, e a ser desenvolvido em pelo menos, em dois momentos distintos: o primeiro, o levantamento de dados e o segundo, a síntese, esta última, tarefa a ser desempenhada por apenas um indivíduo, a quem caberia coordenar a sistematização dos dados. O autor tampouco nega a complexidade e a dificuldade de elaboração de tabelas³⁷.

“Não posso dissimular os obstáculos que há a vencer para levar ao cabo com igual projeto; estou mesmo convencido, que o resultado de alguns elementos será imperfeito nas primeiras tentativas, e não desconheço, que o resultado de outros para ser eliminado, esperará pelas luzes futuras de homens mais hábeis; mas apesar de tudo é melhor ter já alguma coisa, do que nada”³⁸.

Vale mencionar também que, na concepção estatística de Martim Francisco, a estatística não trabalhava com “dados” – como se vê atualmente – e sim com fatos, dada a sua concepção de estatística enquanto ciência, o que se torna evidente quando o autor busca efetivamente definir o termo:

“Estatística vem a ser uma ciência fundada em fatos, que tem por objeto apreciar a força, a riqueza e o poder de um Estado pela análise das fontes, e meios de conservação, de prosperidade e grandeza, que lhe oferecem seu território, sua população, suas produções, sua indústria, seu comércio externo, ou marítimo e interno, e seus exércitos. Em uma palavra, a Estatística é a ciência das forças reais e dos meios de poder de um Estado político”³⁹.

Finalmente, no capítulo “Resumo das Utilidades que o Estado Pode Colher de Iguais Conhecimentos Estatísticos”, Martim Francisco sustenta a ideia de que o Brasil poderia alcançar graus civilizacionais superiores, próprios de “povos civilizados”, à medida que o

pela ausência de toda a base e de todos os princípios”. VARELA, op. cit., p. 3.

³⁶ VARELA, op. cit., p. 3.

³⁷ VARELA, op. cit., p. 7.

³⁸ VARELA, op. cit., p. 7.

³⁹ VARELA, op. cit., p. 4.



conhecimento estatístico fosse expandido. Seria, portanto, a estatística o conhecimento responsável por orientar a uma constante e segura marcha em rumo ao progresso.

Como vimos, a estatística produzida pelos homens de Estado, os estadistas, seria, portanto, uma ciência de “números políticos”, números voltados ao governo, ao Estado, sendo possível tomar a estatística do período como ‘estadística’, ou seja, uma ciência do Estado.

Assim, durante o período do Império do Brasil, é possível notar que os estadistas se identificavam, em maior ou menor medida, com o projeto monárquico de construção da ordem, um ideário político das elites relacionado à consolidação e unidade do Estado, e que ocasionou a assimilação dos homens letrados às funções burocrático-administrativas do Império do Brasil⁴⁰.

Não obstante, como discute José Murilo de Carvalho, mesmo que tais homens possuíssem similaridades relacionadas à socialização e nível educacional recebido⁴¹, a contribuição intelectual desses estadistas precisa ser entendida de maneira singular. É preciso reconhecer, portanto, que os homens de Estado colaboraram para a construção da ordem imperial a seu modo⁴², especialmente quando se observa a estatística do século XIX – um pensamento que estava imiscuído em uma gama de conhecimentos variados e que, não raro, mobilizava interesses específicos e, por vezes, antagônicos.

Por seu turno, muitos desses estadistas cooperaram para a estatística da época por meio da produção de estimativas populacionais que foram bem aceitas e corroboradas muito em razão do prestígio de seus autores, indivíduos notáveis que pertenciam à classe política e letrada, como sublinha o historiador A. Camargo⁴³.

Diante desse aspecto, concorda-se com A. Camargo ao apontar que, antes do censo de 1872, “as estimativas populacionais eram estimativas de segunda ordem”⁴⁴, uma vez que as

⁴⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p.11-48.

⁴¹ CARVALHO, op. cit.

⁴² Lembremos do caso do próprio Martim Francisco Ribeira de Andrada e de seus irmãos, José Bonifácio de Andrada e Silva e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, nomes de peso do naturalismo e do cenário político da época. Para mais detalhes, veja DE MATTOS, Renato. *Redes de negócios e laços familiares: a atuação mercantil da família Andrada às vésperas da Independência do Brasil*. *Redes*, v. 35, n. 3, 2022.

⁴³ CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 22, n. 3, p. 414-428, 2018; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. *A construção da medida comum: estatística e política de população no Império e na Primeira República*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. p. 219-226.

⁴⁴ CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. *A construção da medida comum: estatística e política de população no Império e na Primeira República*, op. cit., p. 219.

elaboraões dos estadistas derivavam de outras estimativas e não se embasavam em dados de primeira ordem, ou seja, no levantamento direto dos dados.

Todavia, convém não perder de vista que era próprio do século XIX, tanto no Brasil quanto no mundo, que homens de Estado buscassem a estatística como instrumento político e retórico, assim como era comum que a estatística não estivesse disciplinada ou oficializada. Dessa forma, não se percebe como congruente tratar de uma utopia estatística relacionada ao censo de 1872, vez que no período, o conhecimento estatístico estava em um intenso processo de elaboração, não cabendo nomear às práticas e concepções estatísticas como arcaicas sob pena de anacronismo⁴⁵.

É possível perceber então que as estatísticas produzidas ao longo do oitocentos aparecem muito relacionadas à antiga prática contábil de elaboração de listas e tabelas do comércio, ou mesmo paroquiais, com listas para organização, numeração e contagem⁴⁶. Outro ponto a observar é que as estatísticas do período também aparecem com grande variedade, sendo possível encontrar estatísticas médico-sanitárias, estatísticas criminais⁴⁷ e mesmo estatísticas eleitorais⁴⁸.

4 A Estatística no Brasil da Segunda Metade do Século XIX

Nos estudos de História do Brasil e História Econômica Brasileira, é consenso entre os especialistas que a segunda metade do oitocentos foi um período de transformações de grande alcance, dada a ocorrência de grandes transformações estruturais compreendidas como parte de um “projeto” de modernização, no qual seria inserida a abolição da escravidão e a adoção do trabalho assalariado⁴⁹.

⁴⁵ CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial, op. cit., p. 425.

⁴⁶ A prática de elaboração de listas é bastante antiga e conta com muitas aplicações diversas, já tendo se estabelecido desde o período Clássico. Sobre registros paroquiais em perspectiva comparada, ver: ZIPERNOVSZKY, Pedro. Parish records as a source for comparative pedagogical research. *European Journal of Education Research*, v. 9, n. 2, p. 46-55, 2019. Para o Brasil, ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, p. 13-20, 2004.

⁴⁷ Para mais detalhes sobre estatísticas médico-sanitárias e também criminais, veja SANTOS, Júlio Cesar Paixão. *A circulação de ideias de estatística no Segundo Reinado: periodismo, discurso científico e ciência biomédica no Rio de Janeiro (c. 1840-1870)*, 2017, p. 99-280, 270-278.

⁴⁸ As estatísticas eleitorais surgiriam com as disposições da Constituição de 1824 relativas às eleições. Estabelecendo em seus artigos 90 e seguintes disposições para escolha de representantes por meio das Assembleias Paroquiais, a Constituição de 1824 ficaria conhecida por estabelecer o voto “bico de pena” – voto aberto e não secreto –, apurado por meio de listas paroquiais também elaboradas pelos párocos.

⁴⁹ BETHELL, Leslie. O Brasil da Independência a meados do século XIX. In: BETHELL, Leslie (org.). *História*



Nesse contexto, do ponto de vista burocrático-administrativo e comercial, observa-se um processo de modernização dos registros e controles das transações privadas⁵⁰ e públicas, com a adoção de novos métodos contábeis voltados à gestão tributária e patrimonial do Império do Brasil⁵¹.

Entre os marcos dessas transformações, destaca-se a promulgação do Código Comercial de 1850, instrumento que consolidou as bases contábeis, financeiras e tributárias de um país que buscava dinamizar sua economia e estruturar progressivamente um mercado interno⁵². Somado a isso, após a Independência, pode-se falar de um projeto político-imperial de construção do Estado Nação⁵³. Entretanto, nos primeiros anos do Império, um dos principais obstáculos à consolidação desse projeto era a escassez de informações confiáveis sobre o território nacional, o que se refletia em um quadro de “desordem administrativa”, agravado pela instabilidade política do Primeiro Reinado⁵⁴.

Desse modo, apenas a partir da década de 1850, com a estabilização do Segundo Reinado, a necessidade de dados oficiais começou a ser percebida como urgente, levando à primeira tentativa de recenseamento nacional. Essa iniciativa tomou forma por meio do Decreto nº 797, de 18 de junho de 1851, elaborado pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império e assinado pelo Visconde de Monte Alegre e por Dom Pedro II⁵⁵.

Destacado estadista, Visconde de Monte Alegre, José da Costa Carvalho, na época da publicação do decreto acumulava cargos públicos de altíssimo prestígio, compondo não só o conselho de Estado Imperial, mas sendo também o “presidente do conselho de ministros, ministro e Secretario d'Estado dos Negacios do Imperio”⁵⁶. É possível, portanto, apontá-lo

da América Latina: da Independência a 1870. São Paulo: EDUSP, 2018, p. 767.

⁵⁰ Trata-se de uma exigência estabelecida a partir do código comercial de 1850, que em seu artigo 10 trata da obrigação de escrituração contábil.

⁵¹ SOARES, Luiz Carlos. Sebastião Ferreira Soares e a introdução da ciência estatística no Brasil do século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 467, p. 150, 2015.

⁵² Para mais detalhes, ver: BETHELL, Leslie. O Brasil da Independência a meados do século XIX. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da Independência a 1870*. São Paulo: EDUSP, 2018. DE PAULA, João Manuel Cardoso. O processo econômico. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano – sociedade e instituições (1889–1930)*. São Paulo: Difel, 2000. SOARES, Luiz Carlos. Sebastião Ferreira Soares e a introdução da ciência estatística no Brasil do século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 467, p. 149-182, 2015.

⁵³ CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *A construção nacional: 1830-1889*. São Paulo: Objetiva, 2012. v. 2, p. 37-79.

⁵⁴ CHALHOUB, Sidney. *População e sociedade*. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *A construção nacional: 1830-1889*. São Paulo: Objetiva, 2012. v. 2, p. 37.

⁵⁵ CHALHOUB, Op. cit.

⁵⁶ BRASIL. Decreto n. 797, de 18 de junho de 1851. Dispõe sobre a criação do Conselho de Estatística. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1851.



como um estadista que reconhecia a importância dos números para o exercício das atividades de governo, tendo sido ainda, em 1854, sócio fundador da Sociedade Estatística do Brasil⁵⁷.

No entanto, no teor do Decreto nº 797 de 18 de Junho de 1851 não há sequer menção à palavra estatística, embora a ideia de estatística na época já pudesse estar associada à elaboração dos mapas. Já do ponto de vista das práticas de contagem, o decreto tratava apenas da prática da elaboração de listagens, sendo as listas de famílias as mais comuns.

“Art. 1º Haverá na Capital do Imperio hum Director Geral do Censo, ao qual competirá:

- 1º Formar o mappa geral da população do Imperio;
- 2º Fazer o alistamento especial do Municipio da Côrte
- 3º Decidir as duvidas que occorrerem no processo do alistamento.”⁵⁸

A partir das listas elaboradas em cada localidade, deveriam ser enviadas aos diretores das províncias, que, por sua vez, consolidariam os dados em um mappa geral do Império⁵⁹. No entanto, esse recenseamento não chegou a ser realizado. Nos anos seguintes, antes que se concretizasse qualquer contagem geral da população, o Brasil participou do Quarto Congresso Internacional de Estatística, realizado em Londres, em julho de 1860.

A Participação do Brasil no Congresso Internacional de Estatística (1860)

Documentada no relatório oficial da sociedade estatística de Londres, publicado pelo *Journal of the Statistical Society of London*, em março de 1861, de autoria de James T. Hammack⁶⁰, a atuação do Brasil é notável por ter sido o Brasil o único país da América Latina presente. Com uma organização das sessões que permitia a cada representante expor a situação da estatística de sua nação, assim como assistir às exposições dos demais, a apresentação do Brasil aconteceu no terceiro dia do evento.

⁵⁷ Sobre a referida sociedade sabe-se muito pouco. Segundo Senra, documentalmente constam apenas os estatutos de sua constituição. SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras: estatísticas desejadas (1822 – c. 1889)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v. 1, p. 181-186.

⁵⁸ BRASIL. Decreto n. 797, de 18 de junho de 1851. Dispõe sobre a criação do Conselho de Estatística. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, 1851.

⁵⁹ BRASIL. Decreto n. 797, de 18 de junho de 1851. Como tratam os artigos 20 a 23 do decreto.

⁶⁰ Pouco é sabido sobre o autor. O relatório encontra-se disponível para consulta em HAMMARCK, James T. Report to the Statistical Society on the proceedings of the Fourth Session of the International Statistical Congress, held in London, July 1860. *Journal of the Statistical Society of London*, v. 24, n. 1, p. 1-21, mar. 1861.



Conduzida pelo delegado oficial brasileiro, Carvalho Moreira (1815-1906)⁶¹, anunciado como ministro brasileiro em Londres, a comunicação, inicialmente, tratou da importância atribuída à compreensão dos fenômenos sociais pelo governo parlamentar brasileiro por meio de estatísticas. Na ocasião, Carvalho Moreira expôs relatórios elaborados separadamente pelos seis ministérios – Interior, Finanças, Justiça, Marinha, Guerra e Relações Exteriores – ⁶², constando comentário de que “esses relatórios apresentavam às duas Câmaras uma visão completa do progresso do Império, conforme demonstrado por tabelas estatísticas cuidadosamente e sistematicamente organizadas”⁶³.

Por seu turno, o ministro brasileiro não deixou de tecer considerações sobre as circunstâncias políticas e estatísticas do Brasil e esclarecer sobre a não realização do censo até ali:

“Ao separar-se do Estado-mãe há trinta e oito anos, o Brasil se encontrara no gozo de todos os elementos da independência, mas até então havia negligenciado a contagem do número de pessoas, – nações, como indivíduos, observou bem o delegado sendo muito propensos a deixar de contar riqueza da qual já possuem a posse inconteste –, mas agora estavam em andamento os preparativos para a realização do primeiro censo, um trabalho acompanhado de dificuldades inusitadas no vasto país que se estende sobre a bacia do Amazonas”⁶⁴.

Curiosa é a menção ao censo, que pode ser vista como uma justificativa pela não apresentação de números oficiais – números decorrentes de coleta direta – como pode soar uma espécie de reconhecimento das discrepâncias entre Brasil e Europa, visto que esta já contava com uma farta “cultura de contagem” e recenseamentos. Por outro lado, tais declarações podem ser interpretadas também como uma forma de demonstração do interesse monárquico na realização do censo, bem como o reconhecimento da sua importância, inclusive, por sugerir que estaria em preparo.

Por fim, sobre a apresentação brasileira, consta no relatório do congresso internacional que “a Sociedade de Estatística fundada no Rio de Janeiro, em 1854, havia coletado materiais para as estatísticas gerais do império; tinha filiais nas províncias e publicava um jornal

⁶¹ O alagoano Francisco Ignácio de Carvalho Moreira formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1839, e seguiu em atuação como advogado até 1848, quando ingressou na vida público-política ao ser eleito deputado. Próximo às elites políticas, foi nomeado à carreira diplomática pelo próprio imperador Pedro II, em 1852, conforme trata AMORIM, Celso. Apresentação. In: MENDONÇA, Renato. *Um diplomata na Corte de Inglaterra: o Barão de Penedo e sua época*. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 7-8.

⁶² HAMMARCK, James T. Report to the Statistical Society on the proceedings of the Fourth Session of the International Statistical Congress, held in London, July 1860. *Journal of the Statistical Society of London*, v. 24, n. 1, p. 11, mar. 1861.

⁶³ HAMMARCK, Op. cit., p. 12.

⁶⁴ HAMMARCK, Op. cit., p. 12.



trimestral”⁶⁵. Essas declarações visavam igualmente demonstrar um compromisso com o conhecimento estatístico, do mesmo modo que demonstram a existência de estudiosos da novel ciência estatística no território brasileiro.

Entretanto, mesmo com tal discurso internacional, o censo demoraria mais 12 anos para ocorrer. Nesse ínterim, a ausência de dados oficiais foi sentida de forma cada vez mais crítica, como apontado nas próprias declarações de Moreira em 1860. Nesse contexto, destaca-se a atuação de Sebastião Ferreira Soares (1820–1887)⁶⁶, funcionário público e estudioso da ciência estatística, cuja contribuição será analisada a seguir.

Sebastião Ferreira Soares: elucidação do conceito de estatística

De trajetória biográfica pouco conhecida e não sendo um estadista, Ferreira Soares fez carreira no funcionalismo público em razão de sua dedicação em aprender e aplicar novos princípios contábeis na administração pública brasileira, incentivando sua modernização⁶⁷. Assim, é possível apontar Ferreira Soares entre os primeiros estudiosos nacionais preocupados em tratar do conhecimento estatístico enquanto uma ciência, tendo o autor participado também como sócio-fundador da Sociedade Brasileira de Estatística. Em 1865, publicou a obra *Elementos de Estatística: Compreendendo a Theoria da Sciencia e a Sua Applicação a Estatistica Commercial do Brasil*, que constitui um marco importante na tentativa de sistematizar o conhecimento estatístico no país⁶⁸.

Homem modesto, meticuloso e pouco afeito ao uso de rebuscamentos desnecessários, Ferreira Soares era um investigador atualizado sobre os desenvolvimentos internacionais no campo da estatística⁶⁹, o que lhe permitia afirmar que “a sciencia estatistica ainda não tem sido estudada no Brasil como convém”⁷⁰, a despeito de ser do interesse geral da administração. Para ele, até aquele momento, o conhecimento da estatística enquanto ciência era tão embrionário que até o parlamento brasileiro, “composto das principaes illustrações do

⁶⁵ HAMMARCK, Op. cit., p. 12.

⁶⁶ SOARES, Luiz Carlos. Sebastião Ferreira Soares e a introdução da ciência estatística no Brasil do século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 467, p. 151, 2015.

⁶⁷ SOARES, Luiz Carlos. Sebastião Ferreira Soares e a introdução da ciência estatística no Brasil do século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 467, p. 181, 2015.

⁶⁸ A obra conta com paginação irregular, de modo que se fará referência às páginas pela ordem de aparecimento.

⁶⁹ SOARES, Luiz Carlos. Sebastião Ferreira Soares e a introdução da ciência estatística no Brasil do século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 467, p. 157, 2015.

⁷⁰ FERREIRA SOARES, Sebastião. *Elementos de estatística: comprehendendo a theoria da sciencia e a sua applicação à estatistica commercial do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865. p. 2.



paiz”, estaria envolvido em questões infrutíferas e intermináveis, dentro de um “mar de probabilidades, sem que pudessem firmar os seus argumentos em dados positivos”, quando tais questões só poderiam ser resolvidas por uma “bem elaborada estatística nacional”⁷¹.

Assim, com o intuito de contribuir no devido estudo e conhecimento da ciência estatística, o autor declarou entender que aquele estudo poderia ser considerado “o primeiro que neste gênero se publica no nosso paiz”⁷². O texto, um trabalho detalhado de compilação da estatística comercial do Brasil, fazia-se diferenciado por ter sido confeccionado em forma de compêndio e permitir “leccionar a sciencia estatistica, com a vantagem de apresentar a sua teoria e applicação”⁷³. Na introdução⁷⁴ da obra, Ferreira Soares explicitou o desejo de que suas formulações ao menos pudessem orientar profissionais que deveriam estudá-la, como era o caso dos “candidatos a empregos das alfandegas do Imperio”, conforme tratou regulamento imperial de 19 de setembro de 1860⁷⁵, que dispôs sobre exame de estatística comercial⁷⁶.

Note-se que um aspecto é central na compreensão da crítica do autor sobre a incipiência do conhecimento estatístico no Brasil: Ferreira Soares reconhecia que a ciência estatística ainda estava em desenvolvimento, o que poderia prejudicar sua transmissão, uma vez que seus princípios e regras encontravam-se “dispersos pelos tratados dos diversos autores que se tem occupado da estatística, os quaes são por demais deficientes”. Esse fato o teria obrigado a formular a maior parte das teorias que apresentou em sua obra⁷⁷. A partir de tais considerações, o autor decidiu dividir a exposição de sua obra a partir de duas partes distintas: a “estatística descritiva” e a “estatística racional”, de modo que a primeira se ocupava “na primeira divisão da enumeração dos factos”, e a segunda, de sua “Analyse e comparação, a fim de determinar os seus modos de ser, e as leis que os devem regular em sua marcha”⁷⁸.

⁷¹ FERREIRA SOARES. Op. cit., p.10.

⁷² FERREIRA SOARES. Op. cit., p.2-3.

⁷³ FERREIRA SOARES. Op. cit., p.6.

⁷⁴ Para fins desse estudo, comentaremos apenas a apresentação e a introdução da obra (26 primeiras páginas), visto que, nessas partes, o autor faz considerações gerais sobre a ciência estatística e congruentes com nossa investigação sobre estatísticas voltadas para a população. Mais adiante, o autor se deteve nas considerações acerca das estatísticas comerciais, o que iria além das relações que se pretende estabelecer.

⁷⁵ FERREIRA SOARES. Op. cit., p.6.

⁷⁶ FERREIRA SOARES. Op. cit., p.6.

⁷⁷ FERREIRA SOARES. Op. cit., p.7.

⁷⁸ FERREIRA SOARES. Op. cit., p.7.



Sobre a formulação teórica, por sua vez, guardaria muitas das influências de estudiosos como A. Quetelet (1796-1874)⁷⁹ e A. Moreau de Jonnés (1778-1870)⁸⁰, evocados na introdução da obra⁸¹, assim como de outros desdobramentos teóricos advindos da França e da Bélgica que entendia como nações que possuíam as administrações públicas mais avançadas e, por consequência, as melhores e mais organizadas estatísticas⁸². Considerando suas influências, Ferreira Soares assimilou a estatística como uma ciência de exposição, de apresentação e de síntese, indicando atenção à organização das tabelas, à clareza e à veracidade, o que conduziria a análises verdadeiras⁸³.

Note-se que, muito embora se trate de um momento no qual o pensamento estatístico não se encontrava padronizado, e apesar da falta de um corpo fixo de conhecimentos, outros consensos sobre a estatística já estavam estabelecidos e foram tratados por Ferreira Soares:

“É opinião geral de todos os estadistas que a estatística é indispensável á marcha regular e progresso dos povos, porquanto, ocupando-se esta vasta sciencia da enumeração de todos os factos sociaes, os estuda, analisa e desenvolve nas suas diversas phases, para determinar-lhes o seu verdadeiro modo de ser⁸⁴.”

Perceba-se que aqui novamente a estatística aparece como um conhecimento determinístico para a prosperidade das civilizações, assim como em Ferreira Soares também ressurge a ideia de que a observação dos fatos sociais enumerados permitia que o governo marchasse com regularidade rumo ao progresso, ou seja, a marcha regular decorreria dos caminhos apontados pela estatística, pela ciência de Estado. Nesse compasso, Ferreira Soares considerou também a importância da uniformização dos “factos sociais”, demonstrando que acompanhava as discussões internacionais sobre a padronização das formas de contagem. Em oportuno, teceu a curta constatação de que a situação das estatísticas do Império do Brasil “nos desconceitua na opinião dos estrangeiros”⁸⁵ e, sobre o censo, registra:

“O contarmos quase que meio século de existência politica como nação independente, sem que ao menos se tenha até o presente feito o censo geral da população do Imperio, visto

⁷⁹ FERREIRA SOARES. Op. cit., p.8.

⁸⁰ Alexandre Moreau de Jonnés foi um militar francês de alta patente que demonstrou muita afinidade com os números e estatísticas; publicou muitas obras sobre o tema e tornou-se responsável pelas Estatísticas Gerais da França até 1851.

⁸¹ FERREIRA SOARES, Op. cit., p.24-25.

⁸² FERREIRA SOARES. Op. cit., p.7.

⁸³ FERREIRA SOARES, Op. cit., p.24.

⁸⁴ FERREIRA SOARES, Op. cit., p.7, p.24-25.

⁸⁵ FERREIRA SOARES, Op. cit., p.8.



tudo quanto existe a semelhante respeito ser imperfeito por incompleto. Deste abandono tem-se originado muitos e graves obstáculos á marcha regular da administração publica”⁸⁶.

Nessa esteira, Ferreira Soares pareceu contrabalançar tal condição de abandono com a ponderação de que seria possível sim realizar o recenseamento, desde que sua execução fosse bem coordenada e que, por óbvio, o governo patrocinasse devidamente o projeto⁸⁷. Para o estudioso, a boa execução do censo talvez não levasse muito tempo, mas certamente demandaria a criação de uma repartição especial de estatísticas com homens devidamente capacitados, como era de praxe nas nações consideradas cultas, nações que já haviam elaborado os seus serviços estatísticos, como França e Bélgica⁸⁸.

Tais providências só seriam tomadas mais de cinco anos depois, por meio da Lei nº 1829 de 9 de setembro de 1870, que retomou os preparativos para a realização do recenseamento. Esse hiato, por sua vez, talvez tenha relação com a conjuntura político-econômica no período, sendo a década de 60 apontada como um momento de endividamento e inflação decorrentes dos gastos com a Guerra do Paraguai (1864-1870)⁸⁹.

Ainda no período, é possível pensar que a Lei nº 1.507, de 26 de setembro de 1867, talvez por si só já inviabilizasse a realização do censo, pois reformou inúmeros órgãos com o intuito de diminuir despesas públicas, vez que os gastos haviam aumentado excepcionalmente com o prolongamento da guerra, que só findou em 1º de março de 1870.

5 A Preparação Para o Censo Imperial (1870-1872)

Coube à Lei nº 1829, de 9 de setembro de 1870, a retomada dos preparativos para o recenseamento que se pretendia realizar nos anos seguintes. A partir dela, foram estabelecidas diretrizes tanto para a organização dos registros dos atos da vida civil quanto para a estruturação do próprio censo. Embora aproveitasse parte das orientações formuladas durante a tentativa fracassada de 1851, a lei introduziu uma importante novidade: a menção expressa, ainda que breve, à palavra “estatística”, até então ausente em textos legais relativos à

⁸⁶ FERREIRA SOARES, Op. cit., p.8-9.

⁸⁷ FERREIRA SOARES, Op. cit., p.9.

⁸⁸ FERREIRA SOARES, Op. cit., p.8-9.

⁸⁹ Vide: Arquivo Nacional. Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Programa Memória da Administração Pública Brasileira – MAPA. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/343-secretaria-de-estado-dos-negocios-do-imperio>>. Acesso em: 2 jul. 2025.



contagem populacional. Nessa nova fase, determinou-se a criação da Diretoria Geral de Estatística (DGE) e a ela foram atribuídas incumbências precisas.

“Art. 2º O Governo organizará o registro dos nascimentos, casamentos e obitos, ficando o regulamento que para esse fim expedir sujeito á aprovação da Assembléa Geral na parte que se referir á penalidade e effeitos do mesmo registro, e creará na capital do Imperio uma Directoria Geral de Estatística á qual incumbe:

1º Dirigir os trabalhos do censo de todo o Imperio e proceder ao arrolamento da Côrte, dando execução ás ordens que receber do Governo.

2º Organizar os quadros annuaes dos nascimentos, casamentos e obitos.

3º Coordenar e apurar todos os dados estatísticos recolhidos pelas diversas Repartições Publicas.

4º Formular os planos de cada ramo de estatística do Imperio, da local de cada provincia, quando a isso for chamada, e da especial a cada classe de factos.

Paragraphounico. Fica o Governo autorizado a desde; já despende annualmente até 25:000§ com o pessoal da Directoria Geral de Estatística, annexando-a, se julgar conveniente, ao Archivo Publico, a que poderá dar nova organização”⁹⁰.

Note-se que as atividades de direção do censo imperial já nascem vinculadas à DGE, repartição especializada incumbida de todas as atividades relacionadas ao recenseamento, o que incluiu atividades relacionadas ao levantamento e compilação de dados de todo tipo. Não havendo mais disposições sobre o tema nessa lei, a regulamentação que detalhava os aspectos relacionados às funções, atividades e cargos da Diretoria Geral de Estatística só veio no ano seguinte, com o Decreto nº 4.676, de 14 de janeiro de 1871. Este último decreto, por seu turno, dividiu a estatística para o censo em quatro classes, a saber: dados estatísticos referentes à população, ao território, “ao estado politico, intellectual e moral,” e aos “dados relativos ao estado agricola, industrial e commercial”⁹¹. Assim, de acordo com o artigo 3º, os trabalhos da DGE que visavam levantar dados sobre a população deveriam “comprender o numero das pessoas existentes no Imperio, divididas por provincias, municipios, parochias”⁹², tais dados, por sua vez, poderiam contar ainda com quinze categorizações estatísticas, com o intuito de apresentar matizes de cada localidade.

Outro aspecto digno de nota está no artigo 10, que dispõe que deveriam ser remetidos à DGE todos “os mappas, quadros e quaesquer dados estatísticos, que pela actual legislação

⁹⁰ BRASIL. Lei n. 1.829, de 9 de setembro de 1870.

⁹¹ BRASIL. Decreto n. 4.676, de 14 de janeiro de 1871.

⁹² BRASIL, Op. cit.



são encarregados de recolher e coligir”⁹³, o que deixa claro que a elaboração de mapas e quadros seriam os procedimentos estatísticos mais comuns. Por fim, o decreto nº 4.856, de 30 de dezembro 1871, após a organização inicial para o censo e criação da DGE, mandou que se procedesse ao primeiro recenseamento da população “simultaneamente, em todo o território do Imperio, no dia 1º de Agosto de 1872”⁹⁴, conforme o artigo 1º.

Do ponto de vista da coleta, de acordo com o artigo 3º, pode-se notar que os boletins ou listas de família serão a base do recenseamento – como também estava programado para ser em 1851 –, devendo neles os sujeitos fornecerem informações sobre:

“(…) o nome, o sexo, a idade, a côr, o estado civil, a naturalidade, a nacionalidade, a residencia o grão de instrução primaria, a religião e as enfermidades apparentes. Tambem se declarará relação de parentesco ou de convivencia de cada pessoa com o chefe da familia, e a respeito das crianças de 6 a 15 annos se notará se frequentam ou não as escolas”⁹⁵.

Quando não pudessem ser preenchidas pela família, listas e boletins especiais deveriam ser entregues àqueles que exercessem função de comando ou fossem responsáveis por terceiros. Desse modo, os procedimentos estatísticos empregados no censo – que realmente ocorreu – seriam tanto as listas de família, listas e boletins especiais, mapas e quadros que permitissem levantar dados e contar a população em prol de uma ciência estatística em franca fase de transformação. É, portanto, a partir desses contornos, portanto, que a estatística do período buscava apreender algumas das características da população do Brasil por meio de um levantamento direto ocorrido na mesma data em todo o território nacional.

6 Conclusão

Tendo o censo de 1852 sido suspenso, o primeiro recenseamento geral do território brasileiro permaneceu em hiato por quase vinte anos, até sua efetiva realização em 1º de agosto de 1872. Quando retomado, sua preparação burocrático-administrativa manteve, em grande parte, os moldes projetados para o censo de duas décadas antes, com uma diferença notável: a incorporação do conceito de estatística.

⁹³ BRASIL, Op. cit.

⁹⁴ BRASIL. Decreto n. 4.856, de 30 de dezembro de 1871.

⁹⁵ BRASIL. Decreto n. 4.856, de 30 de dezembro de 1871.



Entre 1851 e 1872, esse conceito passou a ganhar contornos mais definidos, sustentando-se na noção de estatística enquanto “estadística” — ou seja, como uma ciência voltada para o Estado. Em essência, tratava-se de um entendimento ainda fortemente vinculado a práticas contábeis e registrais. A ênfase recaía sobre o levantamento direto de dados, especialmente por meio do registro de famílias, e na sistematização dos números em listas, tabelas e mapas destinados ao uso governamental.

Organizado pela recém-criada Diretoria Geral de Estatística, o recenseamento de 1872 representou uma operação de grande envergadura, especialmente diante da extensão territorial do Brasil e da simplicidade dos instrumentos estatísticos utilizados. Essa experiência certamente constituiu um avanço para os ideais de quantificação do Estado nacional, mesmo que os meios técnicos disponíveis ainda impusessem limitações consideráveis.

À medida que os volumes de dados aumentavam, tornava-se cada vez mais difícil manter a precisão dos registros por meio de procedimentos manuais e garantir a consistência das informações coletadas. A estatística mobilizada na ocasião, embora relevante, ainda estava voltada para quantificações não axiomatizadas — sendo apenas no século seguinte que o cálculo de probabilidades passaria a ocupar papel central na extração de regularidades e tendências.

Importa sublinhar, entretanto, que tal condição não colocava o Brasil em defasagem em relação à Europa. Ao contrário, o período analisado corresponde a uma fase de intensa elaboração e consolidação do pensamento estatístico em escala internacional, sem padronizações consolidadas. O recenseamento de 1872 deve, portanto, ser compreendido como o produto de uma grande operação de Estado, orientada por práticas oitocentistas de registro e contabilidade, herdeiras de estruturas anteriores.

Este estudo buscou oferecer uma contribuição inicial ao entendimento do percurso conceitual da estatística no Brasil até o censo de 1872. Novas investigações ainda são necessárias para aprofundar os desdobramentos dessa operação censitária e compreender em maior detalhe as condições que permitiram, posteriormente, a introdução de uma estatística de feição moderna no país.

Referências

AMORIM, Celso. Apresentação. In: MENDONÇA, Renato. *Um diplomata na Côrte de Inglaterra: o Barão de Penedo e sua época*. Brasília: Senado Federal, 2006.



BETHELL, Leslie. O Brasil da Independência a meados do século XIX. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: da Independência a 1870*. São Paulo: EDUSP, 2018. p. 695-769.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 22, n. 3, p. 414-428, 2018.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. *A construção da medida comum: estatística e política de população no Império e na Primeira República*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CASTANHEIRA, Maria Zulmira. Exílio e escrita de viagem ao tempo do liberalismo. *Revista de Estudos Anglo-Portugueses*, Lisboa, n. 29, p. 183-215, 2020.

CHALHOUB, Sidney. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *A construção nacional: 1830-1889*. São Paulo: Objetiva, 2012. v. 2. p. 000-000.

DE SOUZA, Arthur Danillo Castelo Branco. De cativo a cativo: práticas ilegais do tráfico interprovincial de escravos em Pernambuco (1850-1880). *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 37, n. 2, p. 96-114, 2019.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda Editorial, 2005.

FERREIRA DE OLIVEIRA, Maria Luiza. O ronco da abelha: resistência popular e conflito na consolidação do Estado nacional, 1851-1852. *Almanack Braziliense*, n. 1, p. 120-127, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. Os registros paroquiais e a história do Brasil. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, p. 13-20, 2004.

MAGRI, Dirceu. De *Almanach* a *Almanak*: um olhar sobre dois importantes almanaques. *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, n. 46, v. 32, p. 230-258, 2021.

MORICI, Riccardo Vanni. *Os diagramas da demanda de Alfred Marshall e a estatística*. 2019. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

SANTOS, Júlio Cesar Paixão. *A circulação de ideias de estatística no Segundo Reinado: periodismo, discurso científico e ciência biomédica no Rio de Janeiro (c. 1840-1870)*. 2017. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

SENRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras: estatísticas desejadas (1822 – c. 1889)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. v. 1.

SOARES, Luiz Carlos. Sebastião Ferreira Soares e a introdução da ciência estatística no Brasil do século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 467, p. 149-182, 2015.

VARELA, Alex Gonçalves. Um manuscrito inédito do naturalista e político Martim Francisco Ribeiro de Andrada. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 973-990, 2007.

Documentos legais e fontes primárias

ALFÂNDEGA DO RIO DE JANEIRO. Collecção de Mappas Estatísticos do Commercio e Navegação do Imperio do Brasil no anno financeiro de 1841-1842. *Memória Estatística do Brasil*. Biblioteca do Ministério da Fazenda do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://memoria.org.br/pub/meb000000383/00001/00001001.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.



BRASIL. Decreto n. 797, de 18 de junho de 1851.

BRASIL. Decreto n. 907, de 29 de janeiro de 1852.

BRASIL. Decreto n. 4.676, de 14 de janeiro de 1871.

BRASIL. Decreto n. 4.856, de 30 de dezembro de 1871.

BRASIL. Lei n. 1.507, de 26 de setembro de 1867.

BRASIL. Lei n. 1.829, de 9 de setembro de 1870.

FERREIRA SOARES. *Elementos de Estatística: compreendendo a theoria da sciencia e a sua applicação à estatística commercial do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1865.

HAMMARCK, James T. Report to the Statistical Society on the proceedings of the Fourth Session of the International Statistical Congress, 1-21. London, July, 1860/1861. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2338408>. Acesso em: 22 out. 2022.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Estatística historica-geografica da provincia do Maranhão: oferecida ao soberano congresso das cortes geraes, extraordinarias, e constituintes da monarchia portugueza*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1822. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital0528/bndigital0528.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.